



CÂMARA DOS DEPUTADOS

16h48
20/10/2

PROJETO DE LEI Nº 7.370-A, DE 2014.
(Do Senado federal Comissão Parlamentar de Inquérito do Tráfico Nacional e internacional de Pessoas no Brasil)

Dispõe sobre a prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas.

EMENDA DE PLENÁRIO Nº 5

O artigo 7º do Substitutivo do Projeto de Lei nº 7.370-A, de 2014 passa a contar com a seguinte redação:

Art. 7º. A Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

"Art. 18-A. A vítima de tráfico de pessoas no território nacional poderá requerer o reconhecimento dessa condição, a ser analisado pelos órgãos competentes.

§ 1º O visto ou residência permanente poderá ser concedido, a título de reunião familiar, satisfeitos os trâmites aplicáveis à condição de refugiado, reconhecido pelo CONARE, conforme estabelecido na Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

§ 2º Os beneficiários da residência ou visto permanente são isentos do pagamento da multa prevista no inciso II do art. 125.

§ 3º Os beneficiários do visto ou residência permanente de que trata este artigo são isentos do pagamento das taxas e emolumentos previstos nos arts. 20, 33 e 131."

"Art. 42-A. O estrangeiro vítima de tráfico de pessoas no território nacional estará em situação regular no país enquanto tramitar pedido de reconhecimento da sua condição." (NR).

Brasília, em 26 de fevereiro de 2015.

MENDONÇA FILHO
Deputado Federal

CD156925738315